

CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE ENCARGOS

DESTINADO À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE

“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIZAÇÃO DE TRABALHO TEMPORÁRIO”

TA_19_085_CP_S_007_RHM

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a prestação de serviços de utilização de trabalho temporário pela empresa Águas do Tejo Atlântico, adiante designada por AdTA, no limite financeiro global do preço contratual.
2. O quadro constante do programa de procedimento à apresentação de propostas que dará origem ao contrato constitui uma estimativa, podendo a AdTA, em concreto, solicitar um número diferente de recursos ou de prazo para a sua utilização individualmente tomada, desde que o valor contratual global não seja ultrapassado.
3. O Adjudicatário fica obrigado a prestar serviços através da cedência de trabalhadores temporários à AdTA, através de contrato de utilização de trabalho temporário, que se enquadrará na previsão da alínea f) do n.º 2 do artigo 140.º e 175.º, n.º 1 primeira parte, ambos do Código do Trabalho, atento o aumento de atividade da AdTA no decurso da época balnear de 2019.
4. A caracterização específica da previsão dos serviços a adquirir, na sequência do contrato a celebrar, encontra-se detalhada no ANEXO I ao presente Caderno de Encargos, do qual faz parte integrante.

Cláusula 2.^a Motivo do recurso ao trabalho temporário

1. O recurso ao trabalho temporário subsume-se ao disposto na alínea f) do n.º 2, do artigo 140.º e 175.º, n.º 1 primeira parte, ambos do Código do Trabalho, atenta a necessidade de reforçar equipas, com os postos de trabalho e funções constantes do Anexo I ao presente caderno de encargos, no decurso da época balnear, com o consequente aumento de atividade da AdTA.
2. Em caso de adjudicação, poderão ser celebrados, nos termos da lei, tantos contratos de utilização de trabalho temporário quantos os pedidos concretos que a AdTA venha a fazer ao abrigo do presente procedimento, conforme as necessidades concretas que se vierem a verificar, sempre com o limite do valor global do preço contratual.

Cláusula 3.^a Elementos do contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo prestador de serviços;
 - f) O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo contraente público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo prestador de serviços nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 4.ª

Prazo contratual

1. Cada contrato de utilização de trabalho temporário é válido desde o dia seguinte à data da sua celebração pelo período que nele for definido, podendo ser renovado nos termos do código de trabalho, nunca excedendo o prazo máximo de 6 meses sobre o primeiro que for celebrado na sequência do presente procedimento.
2. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento entrará em vigor no dia seguinte ao da sua outorga, sendo que os prazos máximos previstos no número anterior se contam a partir do início de vigência do primeiro contrato de utilização de trabalho temporário que visa suprir as necessidades concretas transmitidas pela AdTA.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as partes poderão denunciar o contrato originado com este procedimento com pelo menos 60 dias de antecedência.
4. A AdTA reserva-se, contudo, no direito de denunciar o presente contrato a todo o momento, mediante aviso prévio de 30 dias, por razões de interesse público, designadamente se os fundamentos que determinaram a celebração do contrato deixarem de se verificar.
5. A denúncia do contrato deve ser efetuada mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção.

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES DAS PARTES
SECÇÃO I
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do adjudicatário

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, as seguintes obrigações principais:
- a) Cumprir integralmente o objeto do contrato;
 - b) Elaboração de contratos de trabalho temporário, bem como a gestão da sua execução, nos termos da lei, com todos os anexos necessários e de acordo com as solicitações que lhe forem apresentadas pela AdTA;
 - c) Ceder os trabalhadores qualificados para exercer temporariamente as funções descritas no presente documento, conforme solicitado pela AdTA, durante o período de vigência do contrato (seis meses após a celebração do primeiro contrato de utilização de trabalho temporário na decorrência do presente procedimento);
 - d) Indicar à AdTA, antes do início da prestação dos serviços, e sempre que haja modificações, quais os seus responsáveis hierárquicos, bem como a forma de contacto regular;
 - e) Pagamento da remuneração base mensal ao trabalhador temporário, mediante apresentação das folhas de horas, devidamente rubricadas por responsável da entidade adjudicante;
 - f) Pagamento dos montantes devidos a título de subsídio de férias, férias eventualmente não gozadas e subsídio de natal;
 - g) Pagamento de quaisquer outras remunerações em vigor, nas condições praticadas pela AdTA;
 - h) Pagamento das contribuições devidas à Segurança Social, nos termos da legislação aplicável;
 - i) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
 - j) Prestar as informações que forem solicitadas pela AdTA;
 - k) Contratação da Apólice de Seguros de acidentes de trabalho a qual engloba os trabalhadores temporários cedidos e as atividades a exercer por estes, informando a AdTA do valor de cobertura e número das respetivas apólices;
 - l) Realização de Exames Médicos de Admissão ao trabalhador contratado;
 - m) Acompanhamento do trabalhador temporário em matéria de pontualidade e substituição temporária ou permanente, controlo do absentismo;
 - n) Faturação mensal dos valores previamente acordados e contabilizados com as folhas de horas dos trabalhadores temporários cedidos;

- o) Responsabilidade pela correta utilização das instalações e equipamentos que lhe forem confiados, sendo-lhe vedado dar uso diferente do que lhes é devido.
 - p) Devolução, no termo do contrato, dos bens que lhe tenham sido confiados, em perfeito estado de utilização.
2. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações legais, designadamente as decorrentes da Lei nº 23/2007, de 4 de julho, e contratuais relativas aos trabalhadores cedidos, nomeadamente, no que respeita ao exercício do poder disciplinar, ao pagamento de remunerações, férias, subsídios e quaisquer outras prestações retributivas, prémios de seguros, cumprimento das obrigações contributivas e fiscais, medicina do trabalho, pagamento de indemnizações de qualquer tipo nos termos da legislação laboral aplicáveis.
 3. Caso o adjudicatário pretenda substituir o trabalhador cedido, deverá a substituição ser previamente solicitada à AdTA e autorizada por esta, só sendo a mesma admitida caso o novo trabalhador possua experiência profissional e habilitações equivalentes ou superiores às do trabalhador a substituir.
 4. O adjudicatário deverá substituir imediatamente o trabalhador cedido, por outro com experiência profissional e habilitações equivalentes ou superiores, e mediante prévia autorização da AdTA, em caso de impedimento, férias ou baixa prolongada do mesmo.
 5. Caso o trabalhador cedido, que, no entender da AdTA, tenha comportamento incorreto, revele negligência, viole normas sobre segurança, ou regulamentos oficiais ou da AdTA e/ou quando o respetivo desempenho não atinja os padrões desejados pela AdTA, deve ser, após pedido por escrito da AdTA, imediatamente substituído pelo adjudicatário.

SUBSECÇÃO I

CARACTERIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

Cláusula 6.^a

Perfis dos trabalhadores temporários

Para a execução do contrato, o adjudicatário deve afetar trabalhadores com os seguintes perfis, tendo em conta as características indicadas na cláusula seguinte e a função a assegurar:

A – Técnico Operativo

- a) Escolaridade obrigatória;
- b) Experiência na operação das infraestruturas de tratamento de transporte da atividade de saneamento (preferencial);
- c) Noções de Mecânica e Eletricidade (preferencial);
- d) Conhecimentos das regras de Saúde e Segurança no Trabalho (preferencial);
- e) Conhecimentos de informática na ótica do utilizador;

- f) Carta de condução;
- g) Espírito de equipa, dinamismo e responsabilidade.

Cláusula 7.^a **Características dos postos de trabalho**

Os postos de trabalho a preencher caracterizam-se, genericamente, pelas funções inerentes à categoria profissional de **TÉCNICO OPERATIVO A DE OPERAÇÃO**.

1. A qualificação profissional requerida é a correspondente a **TÉCNICO OPERATIVO A**.
2. As funções atribuídas comportam os riscos profissionais constantes das Fichas de Perigos que constituem o Anexo I ao Caderno de Encargos, para alguns dos locais de trabalho.
3. Em caso de perigo grave ou iminente, as medidas que devem ser adotadas são as que se encontram previstas nas Fichas de Perigos, para alguns dos locais de trabalho, previstas no número anterior (Anexo I).
4. As medidas de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação dos trabalhadores em caso de sinistro, assim como os trabalhadores ou serviços encarregados de as pôr em prática são as que constam dos planos de segurança internos em vigor na entidade adjudicante e que serão facultados ao adjudicatário após a comunicação da decisão de adjudicação.

Cláusula 8.^a **Serviços de segurança e saúde no trabalho**

Os serviços de segurança e saúde no trabalho da entidade adjudicante encontram-se estabelecidos da seguinte forma e com os respetivos contactos:

- a) Serviço interno de Segurança no Trabalho - Eng. Carlos Marques, ETAR de Alcântara,
Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa
Telefone: +351 213 107 901;
- b) Serviço externo de Saúde no Trabalho – Medilabor – Medicina no Trabalho, Higiene e segurança e formação, LDA (contacto Margarida Castro)

Cláusula 9.^a **Tarefas**

As tarefas a realizar no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato, consistem no exercício de funções inerentes à categoria profissional de **TÉCNICO OPERATIVO A DE OPERAÇÃO**, nomeadamente:

A – OPERAÇÃO

Apoiar e efetuar, de acordo com os procedimentos estabelecidos, a operação dos sistemas e realizar recolha de amostras; Apoiar na verificação do funcionamento das instalações e equipamentos e executar as operações de limpeza e pequenas reparações, de acordo com os procedimentos definidos, de forma a garantir o bom funcionamento do processo.

B – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Registar dados, de acordo com os procedimentos e diretrizes estabelecidas, reportar e alertar para quaisquer anomalias, que venha a detetar, no funcionamento dos equipamentos ou infraestruturas.

C – TELEGESTÃO

Operar o sistema de telegestão das infraestruturas cumprindo os procedimentos aplicáveis e pugnando por uma otimização na exploração das infraestruturas do sistema.

D – APOIO À MANUTENÇÃO

Apoiar as atividades de manutenção e melhoria das instalações e equipamentos.

E – CONFORMIDADE

Conhecer as normas e procedimentos do sistema de responsabilidade empresarial definido e atuar de acordo com as disposições estabelecidas.

Cláusula 10.^a

Local e período normal de trabalho

1. O trabalho temporário será prestado nas instalações da AdTA, conforme necessário tendo em conta os motivos acima referenciados e previstos na lei.
2. O período normal de trabalho obedece ao limite máximo de 8 horas diárias e 40 horas semanais, podendo ser apurado em termos médios, designadamente em semanas alternadas, reduzido ou aumentado em 8 horas, com dois dias de descanso semanal que poderão coincidir, ou não, com o sábado e domingo.
3. Face às características das funções a desempenhar, os trabalhadores temporários deverão executar trabalho suplementar, sempre que tal lhes seja solicitado.

Cláusula 11.^a

Remuneração devida ao trabalhador temporário

1. A remuneração a pagar, a cada trabalhador temporário, não poderá ser inferior à percecionada por cada posto de trabalho que se destina a substituir, sujeitando-se à retenção legal, acrescida de um subsídio de refeição no valor diário em vigor na AdTA.

2. À retribuição referida no número anterior acrescem as retribuições por férias, subsídios de férias e de natal em proporção do período de execução do contrato.
3. Sempre que seja necessário prestar trabalho suplementar, o mesmo será remunerado de acordo com o estipulado na última versão no Código de Trabalho.

SUBSECÇÃO II DEVER DE SIGILO

Cláusula 12.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à AdTA, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário imporá aos trabalhadores cedidos, a obrigação de sigilo aqui estabelecida, sendo responsável pelos prejuízos causados pela violação desta obrigação por qualquer um deles.

Cláusula 13.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO III OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 14.^a

Obrigações principais da Entidade Adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, da celebração do contrato decorrem para a Entidade Adjudicante, as seguintes obrigações principais:

- a) Comunicar em momento prévio à colocação dos trabalhadores a análise efetuada sobre avaliação dos riscos para a segurança e saúde do trabalhador temporário inerentes ao posto de trabalho e medidas a adotar em matérias de primeiros socorros e combate a incêndios;
- b) Determinação do modo, lugar, duração de trabalho, segurança, higiene e saúde no trabalho;
- c) Disponibilização do acesso às instalações para efeitos da execução contratual;
- d) Efetuar os pagamentos devidos ao adjudicatário nos termos contratuais.

Cláusula 15.^a

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a AdTA pagará ao adjudicatário o preço máximo constante da proposta adjudicada, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, nos exatos termos do que vier a ser contratualizado através de contratos de utilização de trabalho temporário.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AdTA.
3. O encargo para o utilizador deverá resultar da prestação efetiva de trabalho (designadamente em função do local de trabalho e do regime de trabalho aí aplicado e do número de horas efetivas de prevenção) e do efetivamente pago e devido ao profissional nos termos do n.º 1, reservando-se a AdTA o direito da não utilização da totalidade dos contratos de utilização de trabalho temporário previstos no quadro abaixo, ou alterar a sua quantidade ou prazo de vigência, sempre sem ultrapassar o preço contratual global, nem o prazo de máximo de seis meses após o primeiro contrato de utilização de trabalho temporário que for celebrado.
4. Os coeficientes de faturação do adjudicatário deverão ter como limites máximos os valores indicados no quadro infra, onde está incluído o efeito de caducidade, no final do contrato se devido ao trabalhador.
5. O Preço base do presente procedimento é de € 220.000,00 (duzentos e vinte mil euros); para um período de seis meses após a celebração do primeiro contrato de utilização temporária celebrado na sequência do presente procedimento.
6. Não obstante o preço base do procedimento indicado no número anterior, são fixados coeficientes unitários máximos que constantes no quadro que se segue:

A - N.º de Trabalhadores previstos	Função	B - Remuneração Bruta Prevista (mensal)	C - Subsidio de Turno Previsto (mensal)	D - Subsidio de Alimentação (mensal)	E - Horas Extra/Horas de Prevenção previstas (8h/mensal)	F - N.º de meses previstos	G - Coeficiente máximo de faturação sobre B e C	H - Coeficiente máximo de faturação sobre D	I - Coeficiente máximo de faturação sobre E
4	Operador de AR - Téc. Operativo AI	633,00 €	0,00 €	157,08 €	21,58 €	6	1,82	1,07	1,42
6	Operador de AR - Téc. Operativo AI - 1 Turno	633,00 €	69,63 €	157,08 €	21,58 €	6	1,82	1,07	1,42
7	Operador de AR - Téc. Operativo AI - 2 Turno	633,00 €	113,94 €	157,08 €	21,58 €	6	1,82	1,07	1,42
7	Operador de AR - Téc. Operativo AI - 3 Turno	633,00 €	158,25 €	157,08 €	21,58 €	6	1,82	1,07	1,42

Cláusula 16ª

Faturação e Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela AdTA, nos termos da (s) cláusula (s) anterior (es), deve (m) ser paga (s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela AdTA das respetivas faturas, as quais deverão ser emitidas até ao terceiro dia útil do mês seguinte àquele a que a prestação do serviço diga respeito.
2. Os montantes faturados à AdTA são apurados, mensalmente, mediante as folhas de horas enviadas, de acordo com as remunerações/categorias profissionais contratadas.
3. As importâncias correspondentes a faltas de pessoal ou incumprimento parcial do horário previsto, não serão pagas pela AdTA.
4. As faturas a apresentar pelo adjudicatário à entidade adjudicante deve conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
5. Em caso de discordância por parte da AdTA, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 17.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelo contraente, identificado na cláusula 24ª.

2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo prestador de serviços.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao prestador de serviços que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o prestador de serviços de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a AdTA pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, designadamente, pelo incumprimento das obrigações indicadas na cláusula 5.^a e datas e prazos objeto do contrato, até 10% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a AdTA pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º I, relativamente ao serviço prestado objeto do contrato cujo atraso tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AdTA tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A AdTA pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a AdTA exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 19^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias

- à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
 3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.^a

Resolução por parte da AdTA

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a AdTA pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela AdTA.

Cláusula 21.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1. A resolução contratual por iniciativa do adjudicatário está sujeita aos termos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de concurso, pode ser executada pelo contraente público sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295º do CCP.

CAPÍTULO IV

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 23.^a

Foro competente

Para resolução de todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 24.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o prestador de serviços pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.

2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do prestador de serviços no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo prestador de serviços que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato venha a ser indicado pelo contraente público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
6. A subcontratação pelo prestador de serviços depende de autorização do contraente público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 25.^a

Comunicações e notificações

- I. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o contraente público e o prestador de serviços relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, para os seguintes contactos:

Águas do Tejo Atlântico (AdTA)

- Gestor do contrato: Rita Folha
- Morada: Fábrica da Água de Alcântara, na Av. de Ceuta
- Telefone n.º +351 213 107 900
- Correio eletrónico geral.adta@adp.pt

:

Empresa (*Prestador de serviços*)

- Responsável xxxxx
- Morada: xxxxxxxx
- Telefone n.º xxxxxx
- Correio eletrónico xxxxxxxx

2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 26.^a

Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O prazo do contrato a que der origem o presente procedimento começa a contar da data em que for celebrado o primeiro contrato de utilização de trabalho temporário na sua decorrência.

Cláusula 27.^a

Legislação aplicável

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

ANEXO I

Caracterização específica dos Serviços a Prestar

A. Perfil do Trabalhador Temporário

Para a execução do contrato a celebrar o adjudicatário deve afetar trabalhadores temporários para o seguinte perfil:

- Operador de Águas Residuais;
- Administrativo;

B. Especificidade Técnica do Trabalhador Temporário

Os trabalhadores temporários deverão reunir os seguintes requisitos:

Operador de Águas Residuais

- a) Escolaridade obrigatória;
- b) Experiência na operação das infraestruturas de tratamento de transporte da atividade de saneamento (preferencial);
- c) Noções de Mecânica e Eletricidade (preferencial);
- d) Conhecimentos das regras de Saúde e Segurança no Trabalho (preferencial);
- e) Conhecimentos de informática na ótica do utilizador;
- f) Carta de condução;
- g) Espírito de equipa, dinamismo e responsabilidade.
- h) Disponibilidade total e imediata;

C. Horário de Trabalho

O horário de trabalho a praticar será correspondente a 40 horas semanais.

- a) Operadores de Águas Residuais: em regime de 1, 2 ou 3 turnos, 7 dias por semana.
- b) Técnico Administrativo: em regime normal de trabalho, dias uteis.

D. Local da prestação de serviços

Os serviços objeto do presente contrato realizar-se-ão nas instalações da entidade Adjudicante nos distritos de Lisboa e Leiria.

E. Substituição dos trabalhadores

Em caso de incumprimento por qualquer dos trabalhadores temporários a contratar, a Entidade Adjudicatária deverá proceder, no prazo máximo de 48 horas à sua substituição.

F. Seleção/recrutamento

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. poderá constituir-se parte interveniente no processo de seleção/recrutamento dos trabalhadores temporários a afetar à prestação de serviços, caso em que o processo apenas poderá considerar-se concluído após aprovação expressa da Águas do Tejo Atlântico, S.A..